

É difícil evitar uma sensação de constrangimento ou até de perplexidade em relação ao que está acontecendo com a Assembléia Constituinte. A Constituição é a "lei maior". Mas onde estão os indícios de que se trata, realmente, da "lei maior" em elaboração? Onde está a seriedade própria a uma tal ocasião?

A impressão que se tem, em vez disso, é a de que estão em elaboração milhares de "pequenas leis", tratando de tudo quanto é questão específica, forçando por trazer benefícios a esta ou àquela minoria; mas, do país como um todo, quem está cuidando?

A idéia de Constituição é inseparável de um ordenamento que trate os assuntos de acordo com a sua hierarquia. É como a construção de um edifício: há que haver alicerces e um plano geral, a partir do qual os detalhes vão se encaixando em seus respectivos lugares. Em vez disso, o que se avoluma à nossa frente, nesta jornada constituinte, é uma autêntica Torre de Babel, onde cada pedaço parece obedecer a uma inspiração diferente.

Poderia ter sido de outro modo? Certamente, se se tivesse concedido o lugar devido à experiência e ao saber. A nossa época entrou a confiar desvairadamente no "poder jovem", na *tabula rasa* no "começar tudo de novo". Pode funcionar em certos casos. Mas uma constituição não pode ser confundida com uma brilhante (ou medíocre) improvisação, sobretudo num país vasto como o Brasil, e que já tem por trás de si muitas outras constituições.

Duzentos anos atrás, os Estados Unidos redigiram um texto constitucional que lhes serviu muito bem desde então. Há alguns motivos para isso. O texto redigido em Filadélfia em 1787 era conciso,

nobre — e modesto. Não pretendia traçar todos os rumos do país, e sim estabelecer alguns princípios fundamentais. O país também se encontrava em estado invejável de "flexibilidade": era uma reunião de províncias que conservaram boa parte da sua autonomia. Na Constituição, tratou-se apenas do que era necessário para, levando em conta essa diversidade, colocar um país em pé.

O caso brasileiro é bem diferente. O país pode até estar mal organizado — mas não é uma colcha de retalhos. Tem os seus costumes, sua feição própria — e uma longa tradição constitucional. Quis-se fazer *tabula rasa* dessa tradição. A vantagem parece ter sido nula.

Por que não teria sido possível rever o nosso passado constitucional, aproveitar o que fosse útil e desprezar o que já não se justificasse? Disto se extrairia, entre outras coisas, a técnica constitucional de que agora não se vê sinal.

Quis-se partir do zero. O resultado é um projeto constitucional desossado, que não parece ter começo nem fim, que não tem rosto nem estrutura, e não pode funcionar como o ordenamento sem o qual a nação não vive.

Estamos perdendo uma extraordinária oportunidade. Não é todo dia que se convoca uma assembléia constituinte. Mas o excesso de pretensão é sempre fatal. Tentou-se, ao que parece, reescrever a história do Brasil, sem muito respeito pelo que passou. Mas o passado, sempre que é esquecido, vinga-se no presente. É o espetáculo a que, aparentemente, estamos assistindo agora.